



### XXV EXAME DE ORDEM DA OAB

#### 1ª FASE

#### Prova Tipo 04 Azul

#### QUESTÕES DE CDC E ECA

##### Questão 42 – ECA

Resposta: Letra C

Nos termos do artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, *verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.*

Assim, o mais razoável seria a letra C, ou seja, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de resguardar a integridade de Angélica até que os fatos sejam devidamente apurados pelo Juízo Criminal competente, a opção que indica a medida que poderá ser postulada por um advogado junto ao Juízo da Infância e da Juventude seria solicitar o afastamento de Antônio da moradia comum.

##### Questão 43 – ECA

Resposta: letra D

Considerando o Princípio do Superior Interesse da Criança e do Adolescente e a Prioridade Absoluta no Tratamento de seus Direitos, deve ser considerado o artigo 43 do ECA que reza que *a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.* Ainda, à luz do artigo 50, parágrafo 13, *somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando se tratar de pedido de adoção unilateral;*

*for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade ou*

*oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 da Lei.*

Nas hipóteses previstas no § 13 deste artigo, o candidato deverá comprovar, no curso do procedimento, que preenche os requisitos necessários à adoção, conforme previsto na Lei.

Assim, entende-se que é razoável a resposta prevista na letra d, que diz que o pedido de adoção unilateral formulado por Leandro poderá, excepcionalmente, ser deferido e, ainda que forma não consensual, regulamentada a convivência familiar de Théo com os pais. O Ministério Público do Distrito Federal, nos comentários do ECA, afirma que *a adoção unilateral, definida pelo art. 41, §1º, do ECA, como aquela na qual um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, se constitui numa exceção à regra do rompimento de*



# COMENTÁRIOS DA PROVA + 1ª FASE +

XXV EXAME  
DE ORDEM

Projeto  
EXAME DE ORDEM  
A CARTEIRA É MINHA!

*vínculos parentais entre o adotando e seus pais e parentes consanguíneos. Desnecessário mencionar que, em tal caso, no qual se procura oficializar um vínculo paterno-filial preexistente, assegurando ao enteado os mesmos direitos que os filhos comuns do casal, a dispensa do prévio cadastramento do adotante é mais do que justificada. No entanto, vale lembrar que, mesmo assim, será necessário apurar o tempo de convívio entre adotante e adotando, a fim de confirmar, ou não, a existência de afinidade e afetividade na relação que ambos mantém, além dos demais requisitos da adoção, como a motivação idônea e a presença de reais vantagens ao adotado. A exceção contida neste inciso pressupõe a existência de relação de parentesco entre adotante(s) e adotando, somada à comprovada presença de vínculos de afinidade e afetividade. Vale notar que o dispositivo é expresso ao se referir à necessidade de que a presença da relação de afinidade e afetividade seja analisada sob a ótica da criança ou adolescente, a quem a medida visa aproveitar (*

*[http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/ECA\\_come ntado.pdf](http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/ECA_come ntado.pdf)*

## Questão 44 – CDC

### Resposta: Letra A

No caso de Eloá, à luz do artigo 14 do CDC e da responsabilidade solidária prevista no artigo 25, parágrafo 1º do mesmo diploma legal, trata-se de responsabilidade objetiva e solidária pelo fato do serviço executado pelo profissional, cabendo ao Estudio Max e ao fabricante do produto da marca Ops, em responsabilidade solidária, responderem pelo danos suportados pela consumidora.

## Questão 45 – CDC

### Resposta: Letra C

Petrônio, diante do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, pode se valer da tese por esse Tribunal editada, assevera que Os empréstimos com desconto em folha de pagamento (consignação facultativa/voluntária) devem limitar-se a 30% dos vencimentos do trabalhador, ante a natureza alimentar do salário e do princípio da razoabilidade. Nesse sentido, correta fica a letra C: os descontos a título de crédito consignado, incidentes sobre os proventos de servidores, como é o caso de Petrônio, devem ser limitados a 30% da remuneração, em razão da sua natureza alimentar e do mínimo existencial.

## Patrícia Dreyer



Graduada em Direito há 14 anos, pelo UNICEUB, advogada, especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP, especialista em Direito Público e estudante regular do Programa de Doutorado. Professora de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso, com experiência em cursos de graduação, pós-graduação, Academia de Polícia Militar, e preparatórios para concursos públicos e exames de Ordem.